

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: O PAPEL DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Allyne Sandra Daniel da Silva

allyne.sandra@gmail.com

Fernando Emílio Leite de Almeida

fernando@pesqueira.ifpe.edu.br

RESUMO

Esse artigo visa contribuir através da literatura com reflexões sobre o papel da família na formação dos estudantes com necessidades educacionais especiais, bem como analisar a opinião de uma gestora sobre esse tema. Através de uma revisão sistemática da literatura construímos uma base científica para fomentar as discussões sobre Educação Especial e Inclusiva. A presente pesquisa é de natureza qualitativa com proposta de estudo de caso, que foi construída através de entrevistas às famílias de pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais. Os principais resultados apontam que a família tem grande importância no processo educativo, inclusivo da pessoa com necessidades educacionais especiais. Aponta também, que o processo de inclusão é longo e contínuo. E que, é preciso uma troca de informação mais efetiva entre a instituição que acolhe os alunos e a família, pois, essa distância tende a negligenciar a melhora educacional do estudante.

Palavras-chave: Educação especial e inclusiva. Escolarização. Formação continuada.

1 INTRODUÇÃO

Quando falamos em desafios da Educação, com destaque, a Educação Especial e Inclusiva, compreender a importância da família no processo de ensino e aprendizagem do estudante está entre os principais. Questão dessa natureza está ligado fortemente ao desenvolvimento intelectual do aluno e a sua integração social, bem como a construção das suas diversas habilidades (PIOVESAN, 2010).

Com relação a Educação Especial e Inclusiva, nos últimos anos da minha formação inicial no Instituto Federal de Pernambuco – IFPE, campus Pesqueira, em especial, cursando as disciplinas de Estágio Supervisionado foi possível

perceber, que existe uma grande dificuldade de encontrar escolas campos de estágio que contemplem espaço educacional para esse público. Por outro lado, existiam outras escolas que eram, exclusivamente, para essa função. Quero dizer, na experiência que vivi no estágio, percebi que o papel da escola, deixava a desejar a inclusão dos alunos.

O fato mencionado acima, acompanhado da vivência com um familiar que possui Síndrome de Moebius, foram o fio condutor para motivação dessa pesquisa. Na relação familiar e mesmo sendo assistido pela Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) e por Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE), era perceptível que suas capacidades eram inferiorizadas pela família por falta de orientação. Entendemos que essa condição de vivência, pode ter ocasionado negligência dos direitos fundamentais garantidos a pessoa com deficiência e percepção de suas capacidades diante a sua deficiência.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (BRASIL, 1998), apontam que grande parte dos alunos com necessidades especiais não conseguem atingir os objetivos dos conteúdos e componentes propostos no currículo regular ou alcançar os níveis mais elementares de escolarização. O documento faz referência ainda, que a família tem um papel importante na construção do conhecimento do aluno.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Piovesan (2010), entende que a aproximação exercitada pelo processo de inclusão da família a escola especial pode direcionar o processo de socialização da pessoa com deficiência. Além disso, proporcionar mais autoconfiança e troca de aprendizado.

O pesquisador quer dizer que a relação entre a escola e família, pode auxiliar no processo de aprendizagem e o desenvolvimento intelectual e social do aluno. Nesse contexto, é necessário considerar que os diversos tipos de deficiências e suas limitações podem ser agravadas pela falta de estímulo.

Assim, a família é de fundamental e importante nesse processo, pois é a base de segurança e autoconfiança do aluno com necessidades especiais. A relação proporciona uma mentalidade menos preconceituosa e mais afetiva por parte da família. Ainda sobre a relação os alunos se tornam mais confiantes para desenvolver suas habilidades e construir sua personalidade. O que é fundamental para socialização e exercício da cidadania.

Observando as dificuldades de algumas famílias no entendimento das capacidades de aprendizagem da criança com deficiência e o interesse de melhor atender alunos com necessidades educacionais especiais por parte das escolas públicas, lançamos como proposta nesse artigo, contribuir através da literatura com reflexões sobre o papel da família na formação dos estudantes com necessidades especiais, bem como analisar a opinião de uma gestora sobre esse tema.

A seguir apresentaremos algumas questões relacionadas ao desafio da educação especial e inclusiva.

2 O DESAFIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

A Educação Especial foi tratada com indiferença por muitos anos e quando finalmente as pessoas com necessidades especiais puderam ser reconhecidas como pessoas capazes de aprender e adquirir conhecimento, foram “bombardeadas” com o preconceito da sociedade que mostrou mais uma vez sua face cruel diante dos portadores de deficiência mental ou física. O pesquisador aponta ainda que mesmo quando reconhecidos como seres pensantes, para algumas pessoas as crianças com deficiência eram negligenciadas nas salas de aula.

Segundo Piovesan (2010), os direitos humanos da pessoa com deficiência tinham quatro estágios: no primeiro estágio, a pessoa que tinha qualquer necessidade especial era impura e havia nascido assim como um castigo dos deuses; no segundo estágio, foram forçados a viver em guetos se tornando invisíveis, a intolerância fez com que fossem totalmente excluídos da sociedade; já no terceiro estágio, com os avanços da medicina, houveram tentativas de curar as limitações da pessoa com deficiência. Por fim, no quarto estágio, essas pessoas eram tidas como doentes no sentido mais literal da palavra.

A história mostra ainda que muitas crianças eram excluídas da sociedade, trancadas para não serem vistas, abandonadas para morrer em igrejas. Essa atitude era um sinal de punição, castigo divino, a família que tivesse um especial era mal vista.

No século XIII, os mentalmente incapazes eram tidos como endemoniados, pela igreja, e trancados em instituições para viverem confinados (ARANHA, 2005). A partir do século XVI, surgiram “tratamentos” que englobavam magia, alquimia e tortura física e mental.

Também no Brasil a pessoa deficiente foi considerada por vários séculos dentro da categoria mais ampla dos ‘miseráveis’, talvez o mais pobre dos pobres. Os mais afortunados que haviam nascido em ‘berço de ouro’ o pelo menos remediado, certamente passaram o resto de seus dias atrás dos portões e das cercas vivas das suas grandes mansões, ou então, escondidos, voluntária ou involuntariamente, nas casas de campo ou nas fazendas de suas famílias. Essas pessoas deficientes menos pobres acabaram não significando nada em termos de vida social ou política do Brasil, permanecendo como um ‘peso’ para suas respectivas famílias. (SILVA, 1987, p. 273)

A crueldade com que as crianças com deficiência eram tratadas pode ser registrada em diferentes partes do mundo. Na Grécia, na era pré-cristã, as crianças eram deixadas para morrer nas montanhas. Em Roma, eram jogadas nos rios para se afogarem. Por toda parte eram vítimas de perseguições e em muitos casos mortos sem punição aos agressores, era uma ação “normal”. Até que no final da idade média, com o fortalecimento do cristianismo, a ideia de que todos são filhos de Deus fez com que instituições religiosas condenassem a prática de execução das pessoas com deficiência, mas estes ainda eram considerados castigos e usados por forças sobrenaturais.

A partir do século XVIII, a medicina começou a estudar as causas das deficiências nas pessoas e os tratamentos começaram a ser testados, mais ainda não se falava em educação inclusiva e as pessoas com retardo mental

eram chamadas de idiotas. Só com a chegada do século XIX é que a educação especial começou a ser implementada, mas, apenas para pessoas cegas e surdas em internatos nos Estados Unidos, Canadá e na Europa. No século XX, surgiram as primeiras propostas de integração educacional com escolas europeias que passaram a aceitar crianças especiais nas escolas regulares, fortalecidas por movimentos de pais de crianças especiais que lutaram pelo direito dos filhos de receberem educação regular.

Historicamente no Brasil, as pessoas com deficiência tiveram acesso parcial à educação, o qual se dava a partir dos modelos de segregação ou integração, em que no primeiro, o estudante com deficiência era atendido por uma instituição educacional apartada do ambiente da escola comum, denominada escola especial.

No segundo, o aluno frequentava uma sala de aula inserida dentro de uma escola comum, porém, exclusivamente destinada a pessoas com deficiência. É o que chamamos de sala especial. Como resultado, o estudante era privado do processo de aprendizagem em um ambiente de contato contínuo com os demais alunos, sob a alegação de que isso garantia um atendimento de maior qualidade.

No final do século XVIII, conforme Jannuzzi (2004), o atendimento de pessoas com deficiência se restringia a dar-lhes alimentação e abrigo nas Santas Casas e alguns até recebiam instrução juntamente com as crianças ditas normais. A evolução do campo dos direitos humanos trouxe à tona o paradigma da inclusão. Essa proposta é orientada pelo direito que todos os estudantes têm de frequentar a sala de aula comum juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.

Hoje a Educação Especial e a Educação Inclusiva são realidades vivenciadas por pessoas deficientes de todo o mundo, com variantes significativas na qualidade de ensino conforme os países onde vivem.

Ainda há muitas barreiras a serem ultrapassadas para que a educação inclusiva seja de fato e de direito, uma conquista da educação brasileira. Embora esteja crescendo o número de matrículas desses alunos nas escolas comuns, estas precisam se mobilizar mais no sentido de compatibilizar suas intenções inclusivas com suas propostas de trabalho pedagógico e com o aprimoramento do processo educativo de todos os alunos (MANTOAN, 2005, p. 26).

A educação Inclusiva, que vem sendo divulgada por meio de Educação Especial, teve sua origem nos Estados Unidos, quando a Lei pública 94.142, de 1975, resultado dos movimentos sociais de pais e alunos com deficiência, que reivindicavam o acesso de seus filhos com necessidades educacionais especiais às escolas de qualidade (STAINBAK E STAINBAK, 1999).

No Brasil, a Educação Especial teve início no século XIX, aponta Silva (2010), quebrando paradigmas, trouxe serviços dedicados a pessoas com deficiência. Esses serviços foram implementados com base no sucesso obtido por instituições Norte-Americanas e Europeias, que criaram ações para atender pessoas com diversos tipos de deficiências, com ênfase na escolarização.

Falando de paradigmas do processo de desenvolvimento da Educação Especial no Brasil, Aranha (2005) aponta três paradigmas históricos. O primeiro era o de segregação por meio da institucionalização das pessoas com deficiência, como a internação em manicômios. O segundo era de funcionalidade da pessoa com deficiência, onde o indivíduo era obrigado a se adequar a sociedade independente de sua limitação. Já o terceiro é o que foca na inclusão da pessoa com deficiência, buscando que o contexto ao qual está inserido se adeque a sua limitação, ao contrário do segundo, é o que se prega nos contextos de inclusão que usamos nos dias atuais.

Já para Mazzotta (2001), história da educação das pessoas com deficiência, no Brasil, foi dividida em três períodos:

- 1854 à 1956 com a fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos e o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, apenas cegos e surdos tinham direito ao acesso à educação. Nesse período foram fundadas as Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais, seguindo os parâmetros assistencialistas e de organização da National Association for Retarded Children dos Estados Unidos, que contribuiu para a luta em prol do reconhecimento das capacidades de aprendizagem das pessoas com deficiência, contra o estigma de incapazes.

- 1957 à 1993, o MEC - Ministério da Educação e Cultura apresenta, junto com o especialista James Gallagher, a primeira proposta de estruturação da educação especial no Brasil, criando o CENESP - Centro Nacional de Educação Especial, posteriormente SEESP – Secretaria de Educação Especial. No ano de 1986, o CENESP/MEC lança na portaria nº 69 a proposta de mudança de nomenclatura de “alunos excepcionais” para “alunos com necessidades educacionais especiais”, usada até hoje. Infelizmente, para a realidade da época, essa nova nomenclatura não impôs grandes mudanças no tratamento àquelas crianças ou sua realidade social.

- 1993 até os dias atuais – esse período é caracterizado pelos movimentos em favor da inclusão escolar. A partir da Lei nº 9394/96 da LDB, a educação especial passa a ser definida como uma modalidade da educação escolar a ser ofertada em todos os níveis de ensino, promovendo a relação de ensino e aprendizagem através de diferentes metodologias.

2.1 LEIS QUE FORMENTARAM O DIREITO À EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A formulação e implementação de políticas públicas voltadas à pessoa com deficiência, segundo Kassir (1999), têm fundamento em diversos documentos nacionais e internacionais, recomendações, normas e declarações, com o princípio de inclusão e respeito à pessoa portadora de necessidades especiais, como na Constituição de 1988 e no que se refere a educação, na Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394 de 1996, em que se estabelece o dever do Estado e da família de promover a educação e o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho.

No ano de 1961, a educação inclusiva foi oficialmente instituída pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024. Essa lei trata o direito das crianças com deficiência à educação, preferencialmente no sistema regular de

ensino, “A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade”. (LDBEN, Lei nº 4.024/61, Art 88)

No ano de 1989, foi criada a Lei Federal Nº 7.855, que, entre outras medidas, criou a Coordenadoria Nacional para a integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), responsável pelas políticas de Integração da pessoa com deficiência. Hoje a CORDE faz parte da Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Ministério Público da Justiça, que fiscaliza instituições e apurar possíveis irregularidades

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado pela Lei nº 8.069/90, garante em seu artigo 3º e 4º que a criança e adolescente tem todos os direitos garantidos à pessoa humana, assegurando-lhes direito ao desenvolvimento físico e mental, saúde, educação e convivência familiar e comunitária. Sendo dever da família, comunidade, sociedade e poder público assegurar a dignidade dos indivíduos e legitimar seus direitos.

Ainda na mesma lei, em seus artigos 53º, 54º e 55º, falando sobre o acesso à educação, o ECA garante que a criança e adolescente tem direito à educação pública e gratuita, atendimento especializado aos portadores de necessidades especiais e ser respeitado por seus educadores, visando seu desenvolvimento intelectual, qualificação profissional e pleno exercício da cidadania. Sendo de responsabilidade da família matricular o indivíduo na escola regular e caso haja necessidade de um acompanhamento especializado, buscar suporte educacional dos Centros de Atendimento Educacional Especializado (CAEE).

Com base no art. 53º, as famílias são chamadas à sua responsabilidade no dever de buscar educação para seus especiais, não é mais aceitável que seja negligenciado o direito a educação por ser portador de deficiência, a lei está a favor da humanização da pessoa com deficiência.

Ainda no ano de 1990, na Tailândia, foi aprovada a Declaração Mundial de Educação para Todos que garante às crianças o atendimento das necessidades básicas de educação, em especial aos alunos com deficiência, buscando igualdade no acesso à educação pelos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência. Ao assinar a declaração, o Brasil se comprometeu a buscar soluções que beneficiem os especiais, possibilitando acesso à educação de forma inclusiva.

Declaração de Salamanca 1994, entre outros aspectos busca garantir o direito de todas as crianças ao acesso à educação e reconhece que cada criança tem características, capacidades e necessidades de aprendizagem. Garante o acesso as classes comuns que tem o dever de integrá-las, visando atender suas necessidades educacionais com uma metodologia individual adequada com programas suplementares de apoio pedagógico, disponibilização de professores especializados de apoio e, se necessário, apoio externo. Caso as classes regulares não tenham capacidade de atender essas crianças com a didática adequada, a Declaração de Salamanca (1994, p. 5) diz que deve ser oferecida a escolarização desses estudantes em escolas ou classes especiais apenas nos casos em que as classes comuns não possam satisfazer as necessidades educativas ou sociais das crianças. O documento complementa que a escola

deve acolher todas as crianças, independente de suas condições físicas, mentais intelectuais, emocionais, sociais ou linguísticas.

A Declaração de Salamanca dá a seguinte definição sobre escolas inclusivas:

“... devem acomodar todas as crianças, independente de suas condições físicas, intelectuais, emocionais, linguísticas ou outras. Isto deveria incluir crianças comprometidas e talentosas ou deficientes, meninas, crianças trabalhadoras e de rua, crianças de áreas remotas, viajantes ou população nômade, crianças que perderam seus pais por AIDS ou em guerra civil, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem e marginalizados (BRASIL, 1994, p.41).

No ano de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) traz na Lei nº 9.394 a garantia que toda criança tem direito a ser tratada de acordo com suas singularidades. Em seu Art. 59, garante que o estudante com necessidades educacionais especiais têm direito a acesso ao currículo que atenda suas necessidades, garantindo metodologia, recursos e técnicas educacionais que possam atendê-lo, assim como profissionais da educação com especialização adequada para integrá-los e atendê-los em classes comuns, firmando a inclusão desses alunos de forma a atender suas limitações e formando esses alunos na busca de integrá-los à sociedade.

Convenção de Guatemala em 1999, tratou dos conceitos referente a discriminação contra a pessoa com deficiência no interesse de acabar com qualquer tipo de preconceito. Isso fez com que os alunos que possuem necessidades educacionais especiais tivessem direito a educação inclusiva, condenando a segregação do aluno especial por suas limitações.

Decreto nº 3.298/99 dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências, que garantem aos portadores de deficiências acessibilidade e integração. Assim também a Portaria MEC nº 10.098/00 é o ponto pé inicial no ciclo de mudanças que garante acessibilidade nas escolas.

3 IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO E INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A vivência com um familiar que possui Síndrome de Moebius, foi o fio condutor para motivação dessa pesquisa. Na relação com este familiar, mesmo sendo assistido pela Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) e pelo Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE), temos o sentimento que sua capacidade de desenvolvimento intelectual foi tratada com certa negligência, assim, os direitos fundamentais garantidos a pessoa com deficiência e a percepção de suas capacidades diante a sua deficiência não foram tratadas com a devida importância pela família, por falta de conhecimento e orientação.

É de senso comum entre os professores o papel da família na vida escolar dos alunos. Além disso, é importante, também, que estejam cientes da proposta

pedagógica adotada pela escola para adequar o currículo às necessidades do aluno, participando da formulação e prática desse currículo adaptado.

O poder de influenciar e motivar a criança especial que a família exerce é de fundamental importância para seu desenvolvimento intelectual e também físico, emocional e social. A educação pode ser forjada em diversos ambientes, não só no escolar, por isso dá-se ênfase, neste trabalho, a importância da família no processo de escolarização da pessoa com deficiência, pois entende-se que a primeira fase do processo educacional é oportunizada pela família.

Podemos entender educação como um processo gradual de socialização, em que o indivíduo pode desenvolver suas habilidades de forma dinâmica e ter autonomia de escolha e ações, desenvolvendo suas potencialidades. Os alunos com necessidades educacionais especiais têm o direito de desenvolverem suas habilidades intelectuais assim como os demais alunos e, serem devidamente assistidos pelo sistema educacional de forma inclusiva.

A inclusão existe quando todos os alunos, inclusive os com necessidades educacionais especiais, devem ser educados juntos, na idade adequada, levando em consideração as adequações curriculares para que isso possa acontecer preferencialmente nas escolas de ensino regular. Esse ponto de vista é defendido por Montoan (2005), de forma que apresenta a inclusão como a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro, e assim ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós.

É nesse ponto em que o apoio familiar pode ser o divisor de águas para o desenvolvimento do aluno, pois é a família, no dia a dia, que conhece as maiores dificuldades do especial. Entender como a escola trabalha para que haja inclusão e como acompanhar esses alunos em suas atividades intelectuais, faz com que a família se torne incentivadora e corresponsável pelo aluno e auxilie diretamente no processo de aprendizagem.

O responsável familiar que acompanham as atividades escolares, não só em datas comemorativas, mas mantendo um contato direto com os professores e educadores, podem se integrar melhor do desenvolvimento cognitivo desses alunos e participar ativamente do processo aprendizagem direcionado ao aluno.

Devemos entender que o papel do professor nesse contexto familiar é fundamental, pois é considerado uma ponte entre o aluno e a família. A partir dessa ponte, surge a possibilidade de construção da confiança, da segurança, do acolhimento e, por meio de um processo gradativo, conscientizando os pais sobre todo o processo (o valor e a importância da família para o desenvolvimento psicossocial dos filhos e em particular do filho especial), a formação do aluno será mais efetiva (Brasil, 2006).

3.1 A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E A RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

Para Montoan (1997), a necessidade que exista inclusão pressiona, impulsiona a escola a se modernizar aos professores a se capacitarem e aperfeiçoarem suas práticas pedagógicas. Com isso a inclusão de pessoas com deficiências a escolas regulares se torna uma ação conjunta que gera uma atualização de conceitos sobre a educação e respeito às diferenças. Essa prática

inclusiva está diretamente ligada ao futuro dessas pessoas, por isso é muito importante agregar os valores da inclusão aos alunos não especiais das escolas regulares, para que futuramente a sociedade possa colocar em prática esses ensinamentos e tornar a sociedade mais justa e consciente.

Para gestora de CAEE, onde o familiar com Síndrome de Moebius frequenta, sobre o profissional atuante na educação de pessoas com deficiência, os professores desempenham um papel muito importante nesse processo. Eles precisam deter conhecimentos muito além do que são instruídos a lecionar, eles se capacitam para transmitir o saber de diversas maneiras, alcançando de forma eficiente cada aluno, inclusive os especiais. Essa detenção de saber requer do professor bem mais que apenas a formação docente, a missão de ser um educador, formador de cidadãos é o estímulo maior para buscar aperfeiçoamento e diversidade nas práticas pedagógicas, modelando o conhecimento para que o aluno tenha autonomia e interesse no aprendizado, estimulando a curiosidade e o desenvolvimento intelectual desses alunos. Essas ações relacionadas ao professor, corrobora com o pensamento de Freire (1999, p. 25) “ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou a sua construção”.

Para Carvalho (2006), é fundamental para quem trabalha com educação que busquem enriquecer suas atividades com pesquisa e análise de trabalhos na área inclusiva. É também importante que registrem suas experiências para que outros educadores e pesquisadores possam agregar esse conhecimento à suas atividades.

A gestora aponta ainda que, quanto maior a diversidade dos alunos na sala de aula, mais complexa e rica é a turma, pois há necessidade de grandes mudanças, desde aspectos físicos da escola, mudanças curriculares e pedagógicas, até a capacitação dos professores, para oferecer aprendizagem de qualidade a todos os alunos.

Segundo a declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), o governo deve garantir programas de treinamento para professores já formados e para os professores em formação, incluindo as informações necessárias para o processo de educação inclusiva nas escolas de ensino regular.

A capacitação de professores especializados deverá ser reexaminada com vista a lhes permitir o trabalho em diferentes contextos e o desempenho de um papel-chave nos programas relativos às necessidades educacionais especiais. Seu núcleo comum deve ser um método geral que abranja todos os tipos de deficiências, antes de se especializar numa ou várias categorias particulares de deficiência (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.38).

A visão defendida acima defende que os professores precisam tratar das relações entre os alunos, com intuito em formá-los para o convívio com as diferenças. Essa perspectiva extrapola os muros da escola, forma os alunos de forma geral para o convívio social.

Ainda sobre essa perspectiva, Aranha (2000) conceitua inclusão como o processo de garantia do acesso imediato e contínuo da pessoa com necessidades educacionais especiais ao espaço comum da vida em sociedade, independentemente do tipo de deficiência e do grau de comprometimento apresentado.

4 METODOLOGIA

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, sendo a proposta de estudo de caso, que foi construída através de entrevistas às famílias de pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais. Lüdke e André (2004) sugerem que a entrevista é uma técnica que fornece a imediata coleta das informações desejadas, podendo proporcionar um maior aprofundamento nos temas de cunho pessoal, ao contrário de outros tipos de construção de dados.

O Questionário desenvolvido para essas entrevistas (instrumento de coleta de dados) busca entender o que as famílias compreendem sobre as capacidades dessas crianças e diante das suas experiências particulares, esclarecer quais perspectivas têm sobre o desenvolvimento intelectual da pessoa com deficiência com quem convivem, se tiveram acesso à informação sobre as limitações destes familiares e como o processo educacional poderia se desenvolver, possibilitando a esses especiais a escolarização e socialização em ambiente escolar, necessário para seu pleno ou parcial desenvolvimento intelectual e o quão esclarecida a família está, o quanto se sentem assistidas e orientadas e as expectativas sobre o desenvolvimento intelectual de seus familiares.

O Questionário foi desenvolvido no formato impresso, com perguntas sobre a deficiência do aluno, escolarização e relação familiar, com um breve relato dos familiares sobre o quanto foi positiva ou negativa essa experiência. Essa abordagem foi feita como diálogo, buscando deixar as famílias mais à vontade, e por identificar que alguns não tem acesso à internet e não conseguiriam responder o questionário no formato digital. Devido ao grau de instrução de alguns entrevistados, fez-se necessário que as questões fossem respondidas como um diálogo, onde foram registradas as respostas com a maior riqueza de detalhes possível, sem agregar qualquer expressão pessoal do entrevistador as respostas redigidas. Alguns trechos foram selecionados para análise dos dados coletados e discussões pertinentes. Com base na interação da escola e família na finalidade de proporcionar educação especial e inclusiva de qualidade para as pessoas com deficiência.

Visando melhor compreender a relação da pessoa com deficiência e a sociedade, a escola e a importância da família, foram convidadas 5 famílias para dialogar e responder abertamente a esse questionário, identificadas com F1, F2, F3, F4 e F5, com especiais de idades variadas e com experiências diferentes a serem compartilhadas.

A seguir estão listadas as perguntas feitas às famílias, as respostas coletadas e as considerações.

4.1 Resultado e análise

De acordo com Gil (2002), as pesquisas descritivas possuem como objetivo a descrição das características de uma população, fenômeno ou de uma experiência. Entretanto, as pesquisas descritivas geralmente assumem a forma de levantamentos. Quando o aprofundamento da pesquisa descritiva permite estabelecer relações de dependência entre variáveis, é possível generalizar resultados.

Nesse tópico seguiremos a seguinte sequência – **Pergunta** (diz respeito a fala do pesquisador); **F** (reposta da família); **Análise** (o pesquisador se coloca para dialogar com os resultados).

Pergunta 1: O Especial: (Nessa primeira pergunta os entrevistados ficaram à vontade para descrever como veem seu especial e como é seu convívio familiar)

F1: Muito curioso e carinhoso, gosta de comer bastante. Cumprimenta cheirando as mãos das pessoas. Gosta de animais, mas não que o toquem.

Análise: A entrevista foi feita com a irmã do especial. Ela relata que ele tem uma relação afetuosa com todos, mas o contato partindo do especial.

F2: Foi criado na rua, junto a mãe. É bem-educado, estudioso. Cantor.

Análise: Mãe relata que vivenciaram grandes dificuldades financeiras chegando a morar nas ruas e pedir esmolas. Realidade da família mudou após especial começar a receber Benefício de Prestação Continuada, devido sua deficiência visual.

F3: Muito feliz. Às vezes rebelde, não respeita a mãe, só a avó. Tem muitos amigos.

Análise: Vindo de uma formação familiar com outros especiais, a avó, entrevistada, trata o especial como um filho. A mãe, por sua vez, mesmo fazendo parte da composição familiar, não assumiu este papel, por conta de sua também necessidade especial, ficando para avó tal responsabilidade.

F4: Criança ativa, gosta de animais e cozinhar.

Análise: Padrasto foi o entrevistado, descreve o especial como muito independente. Desde bem pequeno a mãe abandonou o lar e ele teve de ficar aos cuidados do padrasto por não ter qualquer familiar da mãe conhecido que pudesse auxiliar em sua criação.

F5: Uma criança alegre, gosta de música, churrasco e laços no cabelo. Tem medo de animais, não socializa com outras crianças.

Análise: A mãe, entrevistada, relata como a criança especial é dependente. Se mostrou emotiva ao descrever vaidades da criança e suas preferências. De modo generalizado, os entrevistados passaram a ideia que seus familiares especiais seriam pessoas de fácil convivência, com interações normais a qualquer criança.

Pergunta 2: Descreva a composição familiar. (Nessa pergunta o interesse foi de entender como se dá a composição familiar, quem cuida do especial, acompanha seu desenvolvimento)

F1: Mãe, pai, irmã, sobrinho e especial.

Análise: Família se divide nos cuidados do especial.

F2: Mãe, dois irmãos, cunhada, seis sobrinhos e especial.

Análise: Mãe, entrevistada, cuidou sozinha do especial, mesmo tendo dois filhos mais velho, estes moravam com a mãe da entrevistada enquanto ela e o especial viveram na rua. Depois de estabelecido recurso financeiro que lhes permitiu alugar casa para viver, os outros filhos vieram morar com eles e auxiliaram nos cuidados com o especial.

F3: Mãe, avó, tia, três primos e especial.

Análise: A avó, entrevistada, mãe e tia do especial se revezam em seus cuidados.

F4: Padrasto e especial. Mãe tem problemas mentais e abandonou o lar.

Análise: O entrevistado já com idade acima dos 70 anos, cuida sozinho do especial, diz fazer o possível, mas não sabe se é o certo.

F5: Mãe, padrasto e especial.

Análise: Mãe, entrevistada, diz cuidar sozinha do especial, padrasto contribui apenas financeiramente para o sustento da criança.

Pergunta 3: Descreva as necessidades especiais do seu familiar (Entender como a família enxerga as limitações desse deficiente)

F1: Altista, Síndrome de Moebius. Parcialmente dependente. Não fala. Utiliza banheiro sozinho, mas não se veste sozinho. Introspectivo. Estrábico.

F2: Cegueira. Na infância tinha cegueira parcial que foi agravando com a idade. Sugerida cirurgia para reversão, não feita.

F3: Problemas mentais. Avó, mãe e tia tem as mesmas necessidades especiais. Apresenta quadros de convulsão.

F4: Problemas mentais, como a mãe. Anda, cuida da própria higiene e alimentação. Não fala.

F5: Totalmente dependente.

Pergunta 4: O especial faz acompanhamento médico? () sim () não (Saber o quão as famílias estão inteiradas sobre as necessidades especiais de seu familiar)

F1: Sim. Psiquiátrico, fonoaudiólogo, fisioterapeuta. Não periódico.

F2: Sim. Psiquiatra, neurologista e oftalmologista.

F3: Sim. Faz acompanhamento psiquiátrico e toma medicação controlada.

F4: Não.

F5: Sim. Psiquiátrico, toma medicação controlada.

Análise: A maioria dos entrevistados relataram uso de medicamento contínuo pelos especiais, com acompanhamento psiquiátrico.

Pergunta 5: A família tem acompanhamento psicológico? () sim () não (Entender como a família se sente e respeitar sua necessidade de ajuda)

F1: Não.

F2: A mãe faz acompanhamento psiquiátrico.

F3: Mãe, avó e tia são acompanhadas por psicólogo e psiquiatra.

F4: Não.

F5: Relata que apenas o familiar especial é acompanhado.

Análise: Esse é um ponto importante da pesquisa. A família tem o direito de ser acompanhada psicologicamente. O entendimento que o especial é capaz de exercer atividades comuns pode ser negado pelo excesso de cuidado. Foi questionado a todos os entrevistados se acreditavam ser importante eles também receber esse cuidado, e um relato chamou atenção, a entrevistada da F5 se emocionou e relatou o quanto a ajudaria ser ouvida.

Pergunta 6: O especial estuda? (Saber se esse especial tem ou teve acesso à educação e as condições de aprendizagem que foram ofertadas)

F1: Sim. CAEE.

F2: Não. Já frequentou. Regular. CAEE

F3: Sim. Regular.

F4: Não. Nunca frequentou.

F5: Não. Já frequentou. Regular.

Análise: Nesse ponto a inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares se mostrou satisfatório, nos depoimentos de algumas dessas entrevistas, mas foi possível ouvir relato de escolas que puseram dificuldades na admissão do aluno por ser portador de deficiência.

Pergunta 7: Como a família foi orientada sobre as capacidades de aprendizagem do seu familiar especial? (o quanto a família sabe sobre a deficiência de seu familiar e como lida com essas necessidades especiais)

F1: Não houve orientação sobre capacidade de aprendizagem, apenas acompanhamento em Centro Educacional Especializado.

F2: Plena capacidade de aprendizagem. Concluiu ensino médio em escola regular. Alfabetizado em Braille. Acompanhado por centro de Educação Especial.

F3: Tem plena capacidade de aprendizagem.

F4: Que poderia frequentar escola e ser alfabetizado, mas a família não acreditou ser possível ou necessário.

F5: Poderia ser acompanhada na escola regular por cuidador, o que foi feito no pré-escolar. Com a chegada da Pandemia da Covid-19, não houve mais interação escolar.

Análise: O processo de inclusão escolar permitiu a desenvolvimento de capacidades diversas dos especiais, socialização podendo ser uma das mais fortes. Os que não tiveram a mesma oportunidade foi por falta de interesse familiar, por não acreditarem que faria alguma diferença o especial frequentar a escola ou por insegurança nos cuidados dados a eles.

Pergunta 8: Quais as habilidades e as maiores dificuldades do especial? (o quanto a família observa e acompanha o desenvolvimento do especial)

F1: Atencioso, faz o que se pede como acender ou apagar luzes, ligar eletrodoméstico, pegar algo em determinado lugar. Por não falar, não consegue dizer o que quer ou sente. Curioso. Visto além da deficiência física, as limitações do espectro autista.

F2: Cantor, percussionista. Mesmo diante da cegueira, anda a cavalo e bicicleta.

Análise: Houve pouca influência familiar, mas grande apoio no que se refere a permitir conhecer o novo, experimentar.

F3: Gosta de fazer tudo que uma criança sem necessidades especiais faz. Quando em crise, tem que ser contido e fica debilitado o que o impede de frequentar a escola.

F4: Criança independente. Padrasto o deixa sozinho maior parte do dia. O próprio especial cozinha.

Análise: Dentre os relatos ouvidos, o da família F4 é o que o especial teve a maior necessidade de ser autônomo e menor influência ou estímulo para buscar integração escolar ou social, devido ao contexto familiar inserido e o abandono.

F5: Não relata habilidades. Não anda, se põe de pé ou senta sozinha. Não fala, não se alimenta sozinha. Tem capacidade de glutição.

Análise: A entrevistada dessa família, relatou que a única coisa que o especial consegue fazer por si é mastigar e engolir, que não precisa ou precisou de sonda para se alimentar. Mais um relato que mostra como a família se rendeu ao capacitismo.

Pergunta 9: Como a família impulsiona o desenvolvimento do especial? (o quanto a família acredita nas capacidades de desenvolvimento do especial)

F1: Pedindo que faça coisas para ajudar aos familiares, colocar coisas em um lugar diferente, distinguindo cores e objetos.

F2: O manteve na escola regular, na escola especial teve instrução em Braille e aulas de percussão. A família estimula sua independência.

F3: O mantém na escola, mesmo sendo hostilizado. Em momentos de crise, vai a escola semi-dopado.

F4: Orientando sobre companhias que não ensinam coisas boas, para que o especial não cause problemas.

Análise: Foi relatado pelo padrasto que o especial aprende com facilidade certos serviços e que já aconteceu de pessoas se aproximarem e cultivarem uma amizade com interesse com o mesmo, onde o usavam por ser deficiente para encobrir ou justificar ações moralmente incorretas.

F5: Desenvolveu-se uma linguagem gestual particular, família escolhe “músicas animadas” para o especial ouvir e reproduza sons semelhantes.

Em todos os depoimentos dos entrevistados eles demonstraram que fazem o possível para impulsionar a autonomia e bem-estar dos especiais.

Pergunta 10: O que a família projeta para futuro do seu especial? (quais as perspectivas da família)

F1: Que consiga se desenvolver física e mentalmente, andar e estabelecer um convívio social que o ajude a se desenvolver.

Análise: Entrevistada demonstra que a família entende que mesmo limitado, o especial tem capacidade de desenvolvimento, e acreditam que possa fazer bem a ele integração com outros ambientes e pessoas.

F2: Que consiga gravar um CD e possa comprar uma casa, ajudar a família.

Análise: Projetam no especial uma perspectiva de futuro melhor para a família, alcançando conquistas isso beneficiará à todos.

F3: Que tenha um futuro normal, que possa ter sua família e emprego.

Análise: Acreditam no tratamento médico e na contenção dos sintomas e características da doença e necessidades do especial. Com isso ele pode ter uma vida normal, não diferente de pessoas sem deficiência.

F4: Que consiga um emprego e que possa ser um adulto independente.

Análise: O conceito de trabalhar e sobreviver é muito forte para o entrevistado F4, sua criação foi assim e ele reproduziu isso ao enteado. Devido sua deficiência não ser física, nada o impediria de fazer trabalhos braçais, o suficiente para viver de forma modesta. Diz que o especial aprende rápido e que pode vir a conseguir um trabalho duradouro assim.

F5: Que seja feliz e não à maltratem quando a família não puder protegê-la.

Análise: Existe um medo que as pessoas maltratem a criança especial. Consciente que por questão de idade a mãe, entrevistada, deve não ter condições de cuidar do especial por toda sua vida, essa teme pelo que pode acontecer no futuro.

Com base nos depoimentos dos responsáveis, podemos observar que todos são cientes de sua participação no desenvolvimento das crianças. É possível confirmar isso de acordo com as respostas dadas, onde foi possível observar que a família ajuda a criança no que está ao seu alcance, dando atenção e estimulando atividades que estimulem seu desenvolvimento. Essas ações

influenciam positivamente a aprendizagem da criança sendo que a mesma se sente segura tendo apoio para estudar e enfrentar as adversidades que possa vir a encontrar.

“É dentro de casa, na socialização familiar, que um filho adquire, aprende e absorve a disciplina para, num futuro próximo, ter saúde social.” Tiba (1996, p.178). Podemos observar de um lado a família, responsável por formar o cidadão apto a interagir, aprender e transformar o meio em que vive, do outro a escola, que assume um compromisso com cada indivíduo que ali estuda, dedicando-se para formação intelectual do aluno e sua integração social. Para Carvalho (2007), alunos com necessidades educacionais especiais são discriminados e excluídos o que diminui drasticamente suas oportunidades de aprender e desenvolver convívio social. A integração é de fundamental importância para relação entre as pessoas ditas normais e as com algum tipo de deficiência e seu convívio em sociedade. A união entre família e escola pode parecer simples, mas é fundamental para formação do cidadão e para que os direitos da pessoa com deficiência possam ser respeitados e efetivados e para que haja o exercício da educação inclusiva de qualidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como é mostrado, neste trabalho monográfico, a família tem grande importância no processo educativo inclusivo da pessoa com necessidades educacionais especiais. Nas pesquisas bibliográficas realizadas, o processo de inclusão, por ser longo e contínuo e por estar passando por adaptações de acordo com as diversas formas de deficiências existentes, está em contínua evolução nas escolas brasileiras.

A principal motivação para o tema deste trabalho vem da vivência com familiar que possui Síndrome de Moebius e Autismo, que mesmo assistido pela Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) e por Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE), teve suas capacidades inferiorizadas pela família por falta de orientação e conhecimento, o que ocasionou negligência dos direitos fundamentais garantidos a pessoa com deficiência falta de percepção de suas capacidades diante a sua deficiência. No interesse de que a família pudesse entender quais as limitações da deficiência deste familiar e poder estimular a produção de conhecimento por ele, as vivências me estimularam a produzir este trabalho e buscar me informar melhor sobre os direitos garantidos a pessoa com deficiência, sobre o que é Educação Especial e também as Políticas Públicas de Inclusão Escolar, garantindo que minha formação acadêmica possa ter uma base melhor estruturada no que diz respeito a inclusão e respeito à pessoa com deficiência.

Quanto a pesquisa feita, é importante ressaltar a necessidade de apoio e da assistência à família desses especiais, no processo educativo inclusivo, onde não se tem tanto conhecimento quanto gostaria na finalidade de auxiliar a escola no processo educacional, estimular e incentivar o portador de necessidades educacionais especiais para seu melhor desenvolvimento e integração.

Chamou atenção, pelas pesquisas realizadas, que há casos de deficiência em que as famílias não sabem como lidar com as dificuldades de aprendizagem,

como estimular essas crianças e entender que existem tipos deferentes de inteligências, capacidades e desenvolvimentos. Visto isso, acredito ser necessário maior esclarecimento por parte dos familiares, para que os mesmos possam obter conhecimentos prévios e que, através desses, realizem maior assistência a seus familiares portadores de algum tipo de deficiência. Para tanto, a contínua pesquisa a respeito do tema se faz necessária. A família tendo acesso à pesquisas, estudos, instruções sobre a deficiência de seu familiar, o enfrentamento ao capacitismo e políticas educacionais e sociais sobre o tema, podem munir-se de respeito e entendimento, lutar para que a sociedade seja justa para com os seus.

A família é a instituição mais importante onde o indivíduo está inserido, sendo ela responsável pelo cuidado e plena formação deste cidadão. É na família onde encontramos apoio para desenvolver os aspectos cognitivo, social, entre outros. Tanto a escola quanto a família, formam a base do indivíduo, cada um em seu aspecto, mas quanto mais forte a parceria entre elas, os resultados serão mais eficazes no desenvolvimento do ser humano.

6 REFERÊNCIAS

- _____. CONVENÇÃO da GUATEMALA: Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. 1999.
<[HTTP://unesco.org/imagens/008/000862/086291por.pdf](http://unesco.org/imagens/008/000862/086291por.pdf)> Acesso em: 19 jun. 2021
- ARANHA, M. S. F. Inclusão social e municipalização. São Paulo: Marília, 2000.
- ARANHA, Maria Salete Fábio. Projeto Escola Viva: garantindo acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos. Brasília: 2005.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm > Acesso em 22 de out. 2020.
- CARVALHO, R. E. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- _____. Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Brasília. Editada pela UNESCO 1994.
- _____. Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Jomtien, 1990. Disponível em:
_____. Estatuto da criança e do adolescente – ECA. Lei nº 8.069/1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm> Acesso em: 11 de out. 2020.
- FREIRE, Paulo. Educação como prática da Liberdade. 23ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 31. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JANNUZZI, G. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

KASSAR, Mônica de Carvalho. Deficiência múltipla e educação no Brasil: discurso e silêncio na história de sujeitos. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394/96. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 30 de out. 2021.

_____. Lei nº 4.024/61. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 15 set. 2021.

_____. Lei nº 10.098. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 19 dez. 2021.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U., 2012.

MANTOAN, Maria Tereza E. Ensinado a turma toda. Cadernos: edição: 2005 - Nº 26. Disponível em: <http://www.bancodeescola.com/turma.htm>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

MAZZOTTA, Marcos José S. Educação Especial no Brasil – história e política pública. São Paulo: Cortez, 2001.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Educação especial no Brasil: História e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Ministério da Educação. Salas de Recursos Multifuncionais: espaço para atendimento educação especializado. Brasília: Secretaria de Educação Especial. 2006.

MONTOAN, M. Tereza E. e cols. Integração de pessoas com deficiência: contribuição para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Cortez, 1997.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o Direito Constitucional Internacional. 11. Ed. Rev. e Atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVA, Aline Maira da. Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos/ Curitiba: Ibpex, 2010. Disponível em: Instantevirtual.com.br. Acesso em: 12 de ago. 2018.

SILVA, Otto Marques. “A Epopéia Ignorada”, “Uma Questão de Competência”, “A Integração das Pessoas com Deficiência no Trabalho”. São Paulo: Cedas, 1987.

STAINBACK, S. & STAINBACK, W. Inclusão: Um guia para educadores. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed Editora S.A., 1999.

TIBA, Içami. Disciplina, limite na medida certa. - 1ª Edição. São Paulo: Editora Gente, 1996.